

**FATORES EXPLICATIVOS DA LEGIBILIDADE DOS RELATÓRIOS
DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS
NA B3**

**EXPLAINING FACTORS OF THE READABILITY OF
SUSTAINABILITY REPORTS OF BRAZILIAN COMPANIES LISTED
ON B3**

**FACTORES EXPLICATIVOS DE LA LEGIBILIDAD DE LOS
INFORMES DE SOSTENIBILIDAD DE LAS EMPRESAS BRASILEÑAS
QUE COTIZAN EN LA B3**

Francisco Carlos da Costa Filho¹
Luis Eduardo Brandão Paiva²
Emerson de Oliveira Moraes³
Jonathan Lucas Silva Campos⁴

Artigo recebido em janeiro de 2026
Artigo aceito em setembro de 2026

DOI: 10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v12n03_03

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os fatores explicativos da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3. Foram examinadas 110 organizações que publicaram relatórios referentes ao exercício de 2022, utilizando-se o software StyleWriter para mensurar a legibilidade, conforme o método proposto por Bonsall *et al.* (2017). Os resultados mostram que as empresas com maior impacto ambiental, especialmente dos setores de Bens Industriais, Consumo Cíclico e Utilidade Pública, são as que mais divulgam relatórios de sustentabilidade. Verificou-se também que organizações com maiores ativos totais tendem a produzir textos mais claros e acessíveis, possivelmente em razão da existência de estruturas formais de governança e comitês de sustentabilidade. Além disso, observou-se que o setor de Utilidade Pública apresenta maior originalidade textual, enquanto o de Comunicações elabora relatórios mais complexos, e o de Consumo Cíclico se destaca pela clareza e facilidade de leitura. As empresas do Novo Mercado, por sua vez, demonstram maior preocupação em adotar uma linguagem concisa e compreensível. De modo geral, os achados reforçam que a legibilidade é um elemento estratégico para promover transparência, engajamento e confiança dos

¹ Professor adjunto na Universidade Federal de Roraima. Doutor em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Universidade Federal de Roraima. E-mail: cfilho_@hotmail.com. OrcId: 0000-0001-9208-6718.

² Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco. Pós-Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Doutor em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Universidade de Pernambuco. E-mail: edubrandas@gmail.com. OrcId: 0000-0002-5036-6823.

³ Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal de Roraima. Universidade Federal de Roraima. E-mail: emersonolivemoraes@outlook.com. OrcId: 0009-0003-2474-8451.

⁴ Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal de Roraima. Universidade Federal de Roraima. E-mail: Jonathanlucassilvacampos@gmail.com. OrcId: 0009-0000-1343-1094.

stakeholders. A pesquisa contribui para o aprimoramento das práticas de comunicação e para o fortalecimento da governança corporativa nas organizações brasileiras.

Palavras-chave: Compreensão Textual; Governança corporativa; Legibilidade.

ABSTRACT

This research aims to identify the explanatory factors of the readability of sustainability reports issued by companies listed on B3. A total of 110 organizations that published reports for the 2022 fiscal year were analyzed, using the StyleWriter software to measure readability according to the method proposed by Bonsall *et al.* (2017). The results show that companies with greater environmental impact, particularly those in the Industrial Goods, Consumer Cyclical, and Public Utilities sectors, are the ones that most frequently disclose sustainability reports. It was also found that organizations with higher total assets tend to produce clearer and more accessible texts, possibly due to the presence of formal governance structures and sustainability committees. Furthermore, the Public Utilities sector demonstrates greater textual originality, while the Communications sector produces more complex reports, and the Consumer Cyclical sector stands out for its clarity and readability. Companies listed in the Novo Mercado segment, in turn, show greater concern with adopting concise and comprehensible language. Overall, the findings reinforce that readability is a strategic element for promoting transparency, engagement, and stakeholder trust. This research contributes to the improvement of communication practices and to the strengthening of corporate governance in Brazilian organizations.

Keywords: Text comprehension; Corporate governance; Readability.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar los factores explicativos de la legibilidad de los informes de sostenibilidad de las empresas que cotizan en la B3. Se examinaron un total de 110 organizaciones que publicaron informes correspondientes al ejercicio fiscal de 2022, utilizando el software StyleWriter para medir la legibilidad, de acuerdo con el método propuesto por Bonsall *et al.* (2017). Los resultados muestran que las empresas con mayor impacto ambiental, especialmente las de los sectores de Bienes Industriales, Consumo Cíclico y Servicios Públicos, son las que más divulgan informes de sostenibilidad. Asimismo, se observó que las organizaciones con mayores activos totales tienden a producir textos más claros y accesibles, posiblemente debido a la existencia de estructuras formales de gobernanza y comités de sostenibilidad. Además, el sector de Servicios Públicos presenta una mayor originalidad textual, mientras que el de Comunicaciones elabora informes más complejos y el de Consumo Cíclico se destaca por su claridad y facilidad de lectura. Las empresas del segmento Novo Mercado, por su parte, muestran una mayor preocupación por adoptar un lenguaje conciso y comprensible. En conjunto, los hallazgos destacan la legibilidad como un elemento estratégico para promover la transparencia, el compromiso y la confianza de los grupos de interés. La investigación contribuye al fortalecimiento de las prácticas de comunicación y de la gobernanza corporativa en las organizaciones brasileñas.

Palabras clave: Comprensión lectora; Gobernanza corporativa; Legibilidad.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste estudo está relacionado ao avanço das práticas sustentáveis e à intensificação da busca por maior responsabilidade social por parte das organizações (Zeitoune *et al.*, 2019). Segundo Lima (2006), as empresas têm sido conduzidas à adoção de

comportamentos sustentáveis por múltiplos fatores, que incluem desde pressões do mercado e expectativas dos consumidores até a necessidade urgente de conservação ambiental. Esse movimento reflete um cenário em que a sustentabilidade deixa de ser apenas um diferencial competitivo e passa a constituir uma exigência fundamental para a legitimidade organizacional, influenciando diretamente suas estratégias, seus processos de gestão e sua forma de comunicar resultados à sociedade.

Brundtland (1991) define o desenvolvimento sustentável como a capacidade das gerações atuais de atender às suas necessidades sem comprometer o potencial das gerações futuras de atender às próprias, enfatizando uma continuidade intergeracional voltada à preservação da vida humana e do equilíbrio ambiental. Nessa mesma linha, Scharf e Monzoni (2004) complementam que o desenvolvimento sustentável se fundamenta na manutenção e preservação da riqueza global, entendida de forma ampla, incluindo ativos financeiros, recursos naturais, bem-estar social e qualidade de vida. Assim, o conceito abrange não apenas o crescimento econômico, mas também a responsabilidade ética e ambiental para garantir condições dignas às futuras gerações de pessoas.

Alinhado a esse pensamento, Souza *et al.* (2018) destacam que as organizações têm buscado integrar práticas de governança sustentável em seus processos, como a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade. Esses relatórios visam proporcionar diversos benefícios às organizações, principalmente no gerenciamento de seus *stakeholders*.

Nesse contexto, órgãos internacionais como o *Global Reporting Initiative* (GRI) buscam a padronização dos relatórios de sustentabilidade (Henrique *et al.*, 2023). No entanto, mesmo com a padronização dos relatórios, uma parte significativa do conteúdo divulgado fica a cargo dos gestores, que podem ter diversos incentivos para manipular as informações apresentadas (Costa Filho, 2018).

Em um contexto global marcado por crescentes preocupações ambientais, sociais e regulatórias, a clareza e a legibilidade dos relatórios de sustentabilidade tornaram-se fatores essenciais para a transparência e a credibilidade das empresas. Esses documentos não apenas informam os stakeholders sobre o desempenho organizacional, mas também fornecem subsídios valiosos para órgãos reguladores e formuladores de políticas públicas, que utilizam tais informações para identificar lacunas nas normas e aprimorar práticas de governança e responsabilidade socioambiental. O avanço de práticas empresariais potencialmente prejudiciais aos sistemas naturais tem intensificado o debate sobre a necessidade de comunicações corporativas mais acessíveis e compreensíveis, capazes de promover o engajamento social e apoiar a tomada de decisão informada (Camacho, 2018; Smeuninx; Clerck; Aerts, 2020).

Nessa perspectiva, estudos recentes têm buscado analisar os impactos da legibilidade nos relatórios de sustentabilidade (Sarai; Kokke, 2022). Schroeder e Gibson (1990) definem legibilidade como a capacidade de um texto ser lido de forma rápida e fácil, enquanto Smeuninx, Clerck e Aerts (2020) a compreendem como a qualidade que permite ao leitor extrair informações de maneira eficiente. Camacho (2018), por sua vez, ressalta que a transparência efetiva depende não apenas da forma como a informação é apresentada, mas também da clareza e objetividade com que ela é comunicada, reforçando a importância de uma linguagem acessível e responsável na divulgação corporativa.

Nesse sentido, a legibilidade pode ser analisada sob diferentes perspectivas, dependendo do propósito da divulgação da informação. Penteadó (2013) identifica três principais formas de comunicação utilizadas nos relatórios corporativos: (i) imagens, (ii) narrativas e (iii) gráficos. A presente pesquisa concentra-se na legibilidade textual a partir da dimensão narrativa, uma

vez que seu foco está na análise do conteúdo escrito dos relatórios de sustentabilidade, buscando compreender como a clareza e a estrutura da linguagem influenciam a transparência e a efetividade da comunicação empresarial.

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: quais os fatores explicativos da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3? Para responder a essa questão, o objetivo deste estudo é identificar os fatores explicativos da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3.

A relevância desta pesquisa decorre da crescente importância da sustentabilidade no ambiente corporativo e da necessidade de aprimorar a comunicação das empresas com seus *stakeholders* por meio de relatórios não financeiros. Diante das pressões sociais, regulatórias e de mercado por maior transparência, compreender quais características institucionais influenciam a clareza e a legibilidade dos relatórios de sustentabilidade torna-se fundamental. Essa motivação parte da constatação de que, embora a divulgação de informações socioambientais tenha se expandido, muitas empresas ainda enfrentam dificuldades em produzir relatórios acessíveis e compreensíveis, especialmente aquelas que não possuem grande porte ou não integram os níveis mais elevados de governança da B3. Assim, a pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura ao investigar de que forma fatores organizacionais impactam a qualidade da comunicação sobre sustentabilidade, contribuindo para práticas mais inclusivas e eficazes.

Em termos de contribuições práticas e teóricas, o estudo oferece *insights* relevantes para gestores, auxiliando-os na elaboração de relatórios mais claros e informativos para investidores, reguladores e o público em geral, fortalecendo a transparência e a credibilidade organizacional. No campo teórico, amplia a compreensão sobre o papel da legibilidade nos relatórios de sustentabilidade e suas conexões com a governança corporativa e a responsabilidade social. Por fim, destaca-se que a complexidade excessiva desses documentos pode comprometer a tomada de decisão dos investidores, reforçando a importância de uma linguagem simples, precisa e acessível como fator estratégico para a confiança e o desempenho empresarial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico com a teoria dos *stakeholders* e a sustentabilidade.

2.1 Teoria dos *stakeholders* e a sustentabilidade

No início do século XX, o principal objetivo das empresas era, de forma restrita, a obtenção de lucros para seus acionistas (Gomes; Moretti, 2007). Contudo, após o julgamento do caso entre Dodge e Ford, a ideia de que as empresas deveriam focar exclusivamente em atender aos interesses de seus acionistas e gerar lucros começou a ser amplamente criticada e revista (Ashley, 2005).

Com isso, as organizações passaram a buscar um equilíbrio mais consistente entre os diferentes interesses presentes em seu ecossistema de atuação. Conforme destacou Freeman (1984), as empresas não devem atender apenas aos desejos dos sócios, mas também às expectativas de todos os grupos que afetam ou são afetados por suas ações. Essa discussão ganha ainda mais força no campo da sustentabilidade, pois a Teoria dos Stakeholders evidencia que os acionistas, apesar de tradicionalmente classificados como *stakeholders* primários, não

são os únicos agentes cujas demandas precisam ser consideradas. Nas discussões atuais sobre ESG, especialmente no pilar Social, funcionários e colaboradores assumem papel central, impulsionados pela crescente demanda social por diversidade, inclusão e equidade. Diante disso, além de prestar contas aos investidores, os relatórios de sustentabilidade devem evidenciar como as empresas vêm tratando questões como participação feminina em cargos de liderança, inclusão de pessoas com deficiência e representatividade étnica. Esse movimento reflete a pressão cada vez maior exercida por consumidores e pela sociedade, que passaram a exigir que as organizações não foquem exclusivamente nos lucros, mas adotem políticas de responsabilidade social e práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável (Freeman; Durytriyet, 2017).

Acredita-se que o desempenho empresarial esteja diretamente vinculado à sociedade e ao meio ambiente, com a sustentabilidade sendo vista como uma responsabilidade da gestão corporativa (Tenório, 2006). Para Schwartz e Carroll (2008), essa relação entre sociedade e negócios abrange aspectos como a gestão de *stakeholders*, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Nesse contexto, a sustentabilidade baseia-se na redução dos impactos negativos da degradação ambiental, com a compreensão de que tanto as empresas quanto a população têm um papel fundamental na construção de um novo padrão de consumo de recursos, a fim de garantir a preservação do futuro (Brundtland, 1991).

De acordo com Barbosa Júnior (2019), o desenvolvimento sustentável foi introduzido no âmbito das conferências das Nações Unidas e está associado à ideia de promover o crescimento econômico sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Nesse sentido, o autor reforça que as empresas não devem buscar lucros a qualquer custo para seus acionistas, mas atuar de maneira equilibrada e responsável, alinhando desempenho econômico, responsabilidade social e preservação ambiental.

Segundo Dias (2011), a sustentabilidade tem três dimensões principais: econômica, social e ambiental. Em termos práticos, isso significa que a empresa deve gerar lucro, proporcionar melhores condições de trabalho, empregos e inclusão social para reduzir a desigualdade, e, na dimensão ambiental, deve minimizar seu impacto, promovendo a ecoeficiência e se preocupando com as consequências da emissão de poluentes e do uso de recursos naturais (Oliveira *et al.*, 2012).

Para comunicar suas práticas sustentáveis ao mercado, as organizações começaram a divulgar relatórios específicos sobre responsabilidade social (Searcy, 2018). De acordo com Rover *et al.* (2008), os relatórios de sustentabilidade, quando publicados de forma voluntária, podem trazer diversos benefícios para as empresas, como o aumento da liquidez das ações, a redução do custo de capital e a construção de uma imagem ambientalmente responsável.

Barbosa Júnior (2019) destaca que, embora a elaboração e a emissão dos relatórios de sustentabilidade não sejam obrigatórias, têm se tornado um requisito essencial nas organizações. Sendo assim, surgiu a necessidade de entender o que seriam consideradas práticas sustentáveis e como mensurá-las, pois cada organização utiliza sua própria listagem ou sequência de ações para serem publicadas em seus relatórios (Ricardo; Barcellos; Bortolon, 2017).

Viana Júnior *et al.* (2017) e Lacruz (2020) evidenciaram que a maioria das organizações que divulgam esses relatórios estão alinhadas com as boas práticas de governança corporativa, cujo objetivo é implementar práticas e princípios que visam garantir transparência, ética e responsabilidade. Desse modo, o objetivo da governança corporativa é alinhar os interesses dos acionistas, dos administradores, dos colaboradores e dos demais *stakeholders*, para preservar e

maximizar o valor da empresa, além de contribuir para a sustentabilidade, a reputação e a competitividade das organizações no mercado (Pereira; Pinheiro; Paiva, 2024).

Assim, iniciativas como *Value Reporting Foundation* (VRF), *Carbon Disclosure Project* (CDP) e *Global Reporting Initiative* (GRI) elaboraram propostas para a padronização dos relatórios de responsabilidade social e sustentabilidade. Calixto (2013) aponta que o padrão GRI é o mais utilizado internacionalmente, pois é reconhecido globalmente, facilita a comparação dos resultados, aprimora a gestão de sustentabilidade, ajuda na identificação da gestão de impactos e engaja os públicos.

Contudo, mesmo com relatórios padronizados, grande parte do conteúdo ainda depende das escolhas dos gestores. Nesse cenário, eles podem ter incentivos diversos para manipular informações, seja para reforçar a imagem da empresa, atender expectativas de investidores ou minimizar percepções de risco (Costa Filho, 2018). Freundlieb e Teuteberg (2013), ao analisarem o mau uso do *disclosure* socioambiental, destacam que muitas organizações selecionam estrategicamente o que divulgar, privilegiando conteúdos construídos pelo departamento de relações públicas em detrimento das áreas ambientais. Essa prática permite enfatizar iniciativas positivas e omitir resultados desfavoráveis, direcionando a narrativa corporativa para fortalecer a reputação e reduzir possíveis críticas externas.

Assim, mesmo que os relatórios sigam padrões e normas rigorosas, a gestão tem certa liberdade para escolher como e quais informações serão divulgadas aos públicos de interesse (Cazier; Pfeiffer, 2016). Isso pode gerar problemas tanto de conformidade com os padrões corporativos quanto de legibilidade dos relatórios, que são considerados difíceis de ler (Du Toit, 2017). A legibilidade refere-se ao grau de facilidade com que o leitor compreende um texto escrito (Dubay, 2007), sendo também denominada compreensibilidade ou leiturabilidade em diferentes áreas de estudo. Na seção seguinte, são apresentados seus principais conceitos e métricas.

2.2 Legibilidade

A teoria da informação está preocupada com a eficácia da mensagem transmitida através do processo de comunicação (Araújo, 2009). Desenvolvida por Shannon (1948), essa teoria abrange três níveis de estudo: (i) problemas técnicos na transmissão das informações; (ii) problemas com os significados das palavras (semântica); e (iii) questões práticas relacionadas à eficiência da informação (influência), sendo que, neste último caso, o desejo do transmissor é causar uma reação ou comportamento específico no receptor.

De acordo com Goldim (2006), a legibilidade desempenha papel fundamental na comunicação, especialmente em um contexto em que as informações circulam de forma rápida e por múltiplas fontes. O autor também compara a relação entre paciente e médico, ressaltando que, quanto mais claro e explícito for o profissional, maior tende a ser a confiança estabelecida. Além disso, destaca-se a importância de uma comunicação clara nos textos, considerando que relatórios mais objetivos e diretos se tornam mais acessíveis às partes interessadas.

Pode-se conceituar a legibilidade como a capacidade de compreender e interpretar um texto de maneira simplificada, com conteúdo claro, direto e de fácil entendimento. Textos construídos com frases curtas tendem a facilitar esse processo, pois apresentam menos palavras e caracteres, reduzindo o esforço cognitivo do leitor. Além disso, uma estrutura textual organizada e objetiva contribui para que a mensagem seja percebida com maior precisão, evitando ambiguidades e ampliando a eficiência da comunicação. Apesar disso, a legibilidade pode apresentar resultados distintos dependendo do tipo de relatório divulgado, uma vez que

diferentes formatos, finalidades e níveis de detalhamento podem influenciar a forma como a informação é percebida e processada pelas partes interessadas. (Porto *et al.*, 2014).

O modelo proposto por Flesch (1948) mensura a complexidade de um texto a partir do número total de palavras, da quantidade de sílabas por palavra e da extensão das sentenças. O índice resultante varia de 0 a 100, indicando que, quanto maior o valor obtido, mais simples tende a ser a leitura e a compreensão do conteúdo.

Por sua vez, o *SMOG Index*, desenvolvido por McLaughlin (1969), avalia o nível educacional necessário para compreender determinado texto. Esse modelo baseia-se na contagem de palavras com três ou mais sílabas presentes em um conjunto de frases, gerando uma estimativa do número de anos de escolaridade requeridos para que o leitor consiga interpretar o texto adequadamente. Assim, pressupõe-se que quanto maior a presença de termos polissilábicos, maior será o grau de dificuldade da leitura.

Bonsall *et al.* (2017) propuseram o *Bog Index*, um modelo de legibilidade que avalia o nível de dificuldade de leitura baseado no inglês simples. Seu cálculo considera as palavras que não seguem as regras do inglês simples em um conjunto de frases. Ou seja, quanto mais palavras "violadoras", maior será o nível de dificuldade de leitura do texto. Na prática, o *Bog Index* é amplamente utilizado na área de negócios e finanças, ajudando a aprimorar a comunicação escrita entre as organizações e seus *stakeholders*.

Assim, a partir dessas métricas de legibilidade, diversos autores de diferentes áreas do conhecimento passaram a incorporá-las em suas pesquisas. No campo organizacional, esses indicadores têm sido amplamente utilizados para analisar a clareza e a acessibilidade dos relatórios corporativos. Na seção seguinte, são apresentados estudos recentes que exploram a aplicação da legibilidade nesse contexto.

2.2 Estudos anteriores

Du Toit (2017) analisou os relatórios de sustentabilidade das empresas da Bolsa de Valores de Joanesburgo com o objetivo de avaliar se os relatórios são acessíveis e agregam valor aos *stakeholders*. A pesquisa utiliza medidas de legibilidade para analisar os relatórios de 2015 e 2016, comparando-os com os resultados do Prêmio Ernst e Young de Excelência em Relato Integrado de 2015. Os resultados da pesquisa mostram que a linguagem complexa utilizada prejudica a legibilidade e, conseqüentemente, o valor que os *stakeholders* podem obter da informação. A correlação com o prêmio Ernst e Young Excellences indica que um relatório integrado é considerado de maior qualidade quando escrito em linguagem complexa.

Hossain *et al.* (2019) investigaram a qualidade dos relatórios anuais das empresas em diferentes fases do ciclo de vida corporativo (classificadas como introdução, crescimento, maturidade e declínio), com uma amostra de 24.268 relatórios de organizações no período de 2000 a 2014. Os autores utilizaram várias medidas para capturar as características textuais dos relatórios, como o índice *Bog*, o número de palavras e o tom negativo e positivo. Os achados indicam que as empresas nas fases de introdução, crescimento e declínio apresentam relatórios anuais mais complexos e ambíguos, enquanto as empresas na fase de maturidade têm relatórios com informações menos complexas e ambíguas. Além disso, os relatórios das empresas nas três primeiras fases refletem tons mais otimistas, enquanto as empresas em declínio mostram tons mais negativos.

A pesquisa de Adhariani e Du Toit (2020) investigou a legibilidade dos relatórios de sustentabilidade na Indonésia, utilizando uma amostra de 25 empresas listadas na Bolsa de Valores da Indonésia entre 2015 e 2017, totalizando 74 relatórios. Esses autores utilizaram os

modelos de legibilidade *FRE*, *Flesch-Kincaid* e *Gunning Fog* para avaliar a legibilidade dos relatórios, com o auxílio do software *Readability Studio 2015*. O artigo revelou que os relatórios apresentaram um baixo nível de legibilidade, dificultando a compreensão dos textos pelos leitores. Ademais, observou-se um padrão de isomorfismo na forma como as empresas implementaram o mesmo formato e construção linguística na divulgação das informações de sustentabilidade.

Nilipour, Silva e Li (2020) examinaram a legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na Nova Zelândia durante um período de dez anos. A amostra foi composta por 264 relatórios corporativos e um *software* específico de legibilidade foi utilizado para identificar os índices correspondentes com base em cinco fórmulas distintas. Os achados indicaram que as empresas sensíveis ao meio ambiente publicaram informações de sustentabilidade mais legíveis em comparação com as empresas de indústrias não sensíveis ao meio ambiente. Além disso, observou-se que, ao longo dos dez anos, a legibilidade melhorou apenas 6,5% e que há uma correlação negativa entre a pontuação média de legibilidade e o comprimento dos relatórios, ou seja, relatórios mais longos tendem a ter pontuações de legibilidade mais baixas.

Esses estudos reforçam a importância de uma comunicação clara e acessível nos relatórios de sustentabilidade, destacando a necessidade de tornar as informações mais compreensíveis para os *stakeholders*. Embora haja esforços para melhorar a legibilidade, os resultados apontaram que muitos relatórios ainda apresentam desafios significativos em termos de clareza e transparência. A análise de legibilidade, utilizando diferentes métricas e modelos, é fundamental para garantir que as informações divulgadas sejam eficazes e compreendidas por todos os públicos interessados.

3 MÉTODO

Esta pesquisa apresenta uma classificação metodológica quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema. Frente ao objetivo predefinido, identificar os fatores explicativos da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3, o estudo tem característica descritiva, pois, de acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013), a pesquisa descritiva busca medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou variáveis a que se referem, com o propósito de descrever o fenômeno analisado.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como documental, visto que utiliza materiais ainda não analisados ou que podem ser reelaborados para atender aos propósitos do estudo (Martins; Theóphilo, 2016). O problema é abordado por meio de um estudo quantitativo, que emprega métodos e técnicas estatísticas para analisar os dados, permitindo que as evidências sejam organizadas, caracterizadas e interpretadas (Martins; Theóphilo, 2016), e isso possibilita o estabelecimento de padrões de comportamento da amostra (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013).

A população é composta por empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), a bolsa de valores brasileira, que divulgam seus relatórios de sustentabilidade em inglês. Para a realização da pesquisa, foram coletados os nomes, setores e códigos das empresas no site da B3 e organizados em planilha eletrônica, totalizando 448 empresas, conforme consulta realizada em 07 de agosto de 2023. Para a definição da amostra, foram excluídas as empresas do setor

financeiro, *holdings* e aquelas que não apresentam seu relatório de sustentabilidade na versão em *inglês* ou que possuem documentos protegidos, o que impede a identificação dos indicadores de legibilidade. Assim, a amostra final é composta por 110 empresas que divulgaram seus relatórios de sustentabilidade em inglês, referentes ao exercício de 2022, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa

Discriminação	Quantidade de empresas
(=) População	448
(-) Setor Financeiro	82
(-) Relatórios protegidos	2
(-) Holdings	10
(-) Sem Relatório de Sustentabilidade em inglês	244
(-) Ausência de Variáveis	0
(=) Amostra Final	110

Fonte: Dados da pesquisa

Para a coleta dos relatórios de sustentabilidade, estes foram extraídos manualmente por meio de buscas realizadas nos sites das próprias empresas. A identificação dos sites das empresas foi feita utilizando-se o código do ativo da organização no portal da B3. Posteriormente, os textos passaram por uma fase de pré-processamento. Os relatórios foram convertidos para o formato *Word* para edição, com o uso do software *UPDF*.

Para mensurar a legibilidade, foi adotado o modelo proposto por Bonsall *et al.* (2017), o *Bog Index*. Os autores apresentam uma medida baseada nas características do inglês simples, alinhada aos princípios de *Plain English* estabelecidos pela *Securities and Exchange Commission* (SEC). O índice é calculado por meio do software de linguística computacional *StyleWriter* e é composto por três elementos: *Sentence Bog*, *Word Bog* e *PEP*.

O primeiro componente, *Sentence Bog*, avalia a legibilidade com base na presença de frases longas nos relatórios. O *software* identifica o cumprimento das sentenças usando um limite padrão de 35 palavras por frase. Quanto maior o número de sentenças que ultrapassam esse limite, maior será o *Bog Index* e, portanto, menor será a legibilidade do texto. Em síntese, valores elevados desse componente indicam textos mais complexos e de leitura mais difícil.

O segundo componente, *Word Bog*, é composto por dois subelementos: (1) problemas de estilo e (2) dificuldade das palavras. O índice é calculado a partir da soma dos problemas de estilo e da dificuldade lexical, multiplicada por 250 e dividida pelo total de palavras. O subcomponente de estilo considera aspectos destacados no *SEC Plain English Handbook* (1998b), como uso excessivo de voz passiva, verbos ocultos, expressões substitutas, termos legais, clichês, palavras abstratas e frases prolixas. Assim, valores altos de *Word Bog* indicam maior presença de termos complexos e escolhas linguísticas inadequadas, resultando em menor legibilidade.

O terceiro componente, *PEP* (*Personal, Expressive and Positive*), captura elementos de escrita que facilitam a compreensão, como uso de substantivos fortes, linguagem envolvente e termos que tornam o texto mais atraente. O índice é calculado pela soma desses elementos, multiplicada por 25 (equivalente a um décimo do peso aplicado ao *Word Bog*), ajustada pelo

número total de palavras e pela variedade das frases (desvio padrão do tamanho das sentenças dividido pelo tamanho médio). Nesse caso, ao contrário dos demais componentes, valores mais altos de *PEP* refletem maior legibilidade, pois indicam escrita mais clara e envolvente.

Além dos componentes do *Bog Index*, o *StyleWriter* gera outros indicadores complementares. O *Average Sentence* mostra o número médio de palavras por sentença; quanto menor esse valor, maior tende a ser a clareza do texto. O *Passive Index* quantifica a frequência de verbos na voz passiva, sendo que valores inferiores a 25 sinalizam escrita mais objetiva e de qualidade superior. O *Reading Grade* estima o nível de escolaridade necessário para compreender o texto: quanto maior esse índice, maior a complexidade textual. O índice *Jargon* identifica o uso excessivo de jargões e termos técnicos, sendo que pontuações elevadas indicam necessidade de simplificação. Por fim, o índice *Glue* avalia o uso de *glue words*, palavras de ligação que, quando usadas em excesso, reduzem a precisão da escrita. Valores altos nesse índice sugerem menor concisão e, conseqüentemente, menor legibilidade.

Também foram analisadas as variáveis de tamanho, patrimônio líquido, setor e governança, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis da pesquisa

Variável		Operacionalização	Base Teórica
TAM	Tamanho	Total do Ativo	Moura, Barbosa e Schio (2020)
PL	Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido	Souza, e Schmidt (2020)
SET	Setor	Subsetor da B3	Conte e Ceretta (2022) Costa, Pereira e Reina (2022)
GOV	Governança Corporativa	Nível de Governança	Costa, Pereira e Reina (2022)

Fonte: Elaborado pelos autores

Assim, após a coleta e o tratamento dos dados, foram conduzidas análises estatísticas descritivas, complementadas por tabulações cruzadas entre os indicadores de legibilidade e as variáveis características das empresas. Esse procedimento permite explorar padrões, diferenças e possíveis associações relevantes para o objetivo da pesquisa, oferecendo uma visão inicial da relação entre a clareza dos relatórios e os atributos organizacionais. Os resultados dessas análises são apresentados e discutidos na seção seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são realizadas análises do número de empresas por governança e setor, apresentadas as estatísticas descritivas de todas as variáveis quantitativas, a média de legibilidade por segmento de governança e, por fim, as médias de legibilidade por setor.

Tabela 2 – Setores por segmento de governança

Setor	Novo Mercado	Outras	Total	%
Materiais Básicos	5	6	11	10,00%
Bens Industriais	16	4	20	18,18%
Consumo não Cíclico	9	4	13	11,82%
Utilidade Pública	8	11	19	17,27%
Tecnologia da Informação	3	1	4	3,64%
Consumo Cíclico	17	3	20	18,18%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5	1	6	5,45%
Saúde	13	0	13	11,82%
Comunicações	3	1	4	3,64%
Total	79	31	110	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da Tabela 2, é possível identificar que os setores de Consumo Cíclico, Bens Industriais e Utilidade Pública são os que mais publicaram relatórios de sustentabilidade, representando cerca de 53% do total de empresas. Uma possível explicação para essa maior divulgação de informações é indicada nos achados de Negrini, Joaquim e Costa Filho (2019), que evidenciaram que esses setores são mais sensíveis às variações econômicas e às preferências dos consumidores, que podem demandar empresas mais sustentáveis. Além disso, esses setores tendem a ter maior exposição a riscos ambientais, sociais e de governança (ESG), o que exige uma maior transparência e responsabilidade corporativa.

Por outro lado, ao considerar o segmento de governança, observa-se que as empresas do Novo Mercado são as que mais divulgam informações. Esse segmento reúne companhias com as melhores práticas de governança corporativa, conforme Costa, Pereira e Reina (2022), que indicaram que essas empresas divulgam mais informações sobre seus negócios e resultados do que as exigidas pela legislação, com o objetivo de atrair diversos benefícios, como aumentar a confiança dos investidores e o valor das ações.

De modo geral, esses dados evidenciam que tanto a natureza do setor econômico quanto as práticas de governança adotadas pelas empresas influenciam diretamente o nível de divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Setores mais sensíveis às pressões externas e segmentos com maiores exigências de governança tendem a apresentar maior transparência, reforçando a importância do contexto organizacional na compreensão da legibilidade e da qualidade das informações disponibilizadas ao público.

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis quantitativas analisadas, incluindo os indicadores de legibilidade, o ativo total e o patrimônio líquido. No caso dessas variáveis financeiras, os valores são expressos em reais e em múltiplos de milhar, o que facilita a interpretação e a comparação entre as empresas da amostra.

Tabela 3 – Estatística descritiva

Variáveis	n	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Ativo	110	37.211.373,65	154.710	976.709.000	103.976.259,6
Patrimônio Líquido	110	13.158.231,27	-19.007.500	364.385.000	40.413.896,47
Total Words (Word)	110	34.070,08	3.688,00	94.386,00	18.967,85
Total Words (Style)	110	28.081,76	3.242,00	87.520,00	14.891,73
Average Setence	110	15,56	9,80	22,90	2,26
Passive Index	110	18,63	6,00	28,00	3,94
Style Index	110	77,81	55,00	97,00	9,63
Bog Index	110	83,63	58,00	110,00	9,97
(Sentence bog)	110	7,05	3,00	15,00	2,08
(Word bog)	110	87,53	66,00	111,00	8,89
(Pep)	110	10,95	9,00	14,00	1,18
Reading Grade	110	14,51	11,60	23,90	1,55
Jargon	110	0,04	0,02	0,07	0,01
Glue	110	0,35	0,29	0,41	0,02

Fonte: Dados da pesquisa

É possível observar que as variáveis financeiras (Ativo e Patrimônio Líquido) têm valores muito altos e variados, enquanto as variáveis de estilo de escrita têm valores mais baixos e menos dispersos. Isso significa que as empresas têm diferentes níveis de riqueza e desempenho, mas usam um estilo de escrita semelhante.

O *Bog Index* varia de 0 a 100, sendo que valores próximos de 0 indicam textos altamente legíveis, enquanto valores próximos de 100 refletem baixa legibilidade. Na amostra analisada, a média observada foi de 83,63, com desvio padrão de 9,97. Esse resultado revela que, de modo geral, os relatórios de sustentabilidade das empresas apresentam baixo nível de clareza textual, caracterizando-se pelo uso frequente de palavras complexas, construções densas e escolhas linguísticas que dificultam a compreensão por parte dos leitores.

Esse padrão sugere que, apesar dos avanços nas práticas de divulgação, a comunicação corporativa ainda se mantém distante dos princípios de linguagem simples recomendados por órgãos reguladores internacionais. Além disso, os achados convergem com o estudo de Adhariani e Du Toit (2020), que também identificaram níveis insuficientes de legibilidade em relatórios corporativos. Os autores argumentam que essa uniformidade textual pode decorrer de um processo de isomorfismo, no qual as empresas tendem a reproduzir modelos já estabelecidos no mercado, priorizando a conformidade e a imagem institucional em detrimento da transparência e da acessibilidade das informações.

Assim, as organizações podem acreditar que o uso de uma linguagem mais complexa confere maior sofisticação ou credibilidade aos seus relatórios, transmitindo uma imagem de robustez aos investidores. No entanto, essa percepção nem sempre se confirma e pode, inclusive, ser contraproducente, ao dificultar a compreensão das informações e reduzir a transparência percebida pelos usuários. Uma linguagem complexa, como ressalta Borges e

Rech (2019), pode dificultar a comunicação e a prestação de contas das organizações, prejudicando o seu desempenho financeiro e a sua reputação. Uma linguagem simples e direta, por outro lado, pode facilitar a compreensão e a utilidade dos relatórios de sustentabilidade, melhorando o relacionamento com os seus *stakeholders*.

O tipo de seguimento de governança das empresas pode influenciar nas variáveis quantitativas de legibilidade, ativo total e patrimônio líquido. A Tabela 4 mostra as medidas de tendência central e de dispersão dessas variáveis para cada seguimento de governança. Os valores de ativo total e patrimônio líquido estão expressos em reais e apresentados em múltiplos de mil para facilitar a leitura e permitir uma comparação mais clara entre as empresas analisadas.

Tabela 4 – Legibilidade por segmento de governança

Variáveis	Novo Mercado	Outras	Total
Ativo	27.331.325,72	62.389.560,32	37.211.373,65
Patrimônio Líquido	9.658.439,07	22.077.056,55	13.158.231,27
Total Words (Word)	30.726,66	42.590,42	34.070,08
Total Words (Style)	25.676,81	34.210,52	28.081,76
Average Setence	15,39	16,00	15,56
Passive Index	18,10	19,97	18,63
Style Index	76,85	80,26	77,81
Bog Index	83,19	84,74	83,63
(Sentence bog)	6,92	7,39	7,05
(Word bog)	87,30	88,10	87,53
(Pep)	11,04	10,74	10,95
Reading Grade	14,48	14,59	14,51
Jargon	0,04	0,04	0,04
Glue	0,35	0,35	0,35

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados revelam que as empresas do Novo Mercado tendem a produzir relatórios mais concisos, diretos, simples, pessoais e legíveis em comparação com as empresas de outras categorias de governança, embora as diferenças entre os segmentos não sejam substanciais. Essas empresas apresentam índices *Bog* ligeiramente mais baixos do que as dos outros segmentos, o que sugere uma maior legibilidade e compreensibilidade dos textos. A simplicidade e clareza nos relatórios podem ser interpretadas como uma estratégia das empresas do Novo Mercado para atrair mais investidores e fortalecer a confiança do público, em consonância com os princípios de boa governança corporativa (Costa; Pereira; Reina, 2022).

Observa-se também que as empresas do Novo Mercado apresentam resultados ligeiramente inferiores em termos de patrimônio líquido e ativo total, em comparação com as demais empresas. Esse fator pode estar relacionado ao maior tamanho dessas empresas, o que, paradoxalmente, pode beneficiar sua capacidade de divulgar informações mais detalhadas e

relevantes para os *stakeholders* (Viana Júnior *et al.*, 2017). A maior transparência das empresas do Novo Mercado é um reflexo do seu compromisso com boas práticas de governança, incluindo a presença de um comitê de sustentabilidade, o que reforça a importância do compromisso com questões ambientais, sociais e de governança (ESG).

Esses achados indicam que, embora a governança corporativa e o tamanho das empresas influenciem a legibilidade e a qualidade da informação divulgada, as práticas de transparência adotadas por empresas do Novo Mercado podem representar um diferencial significativo. O investimento em uma comunicação clara e acessível demonstra uma preocupação não apenas com a conformidade regulatória, mas também com o fortalecimento da relação com os *stakeholders*, melhorando sua imagem e a percepção do público.

Isso mostra que, embora as diferenças entre os segmentos de governança não sejam expressivas, as empresas do Novo Mercado se destacam pela comunicação mais clara, direta e acessível, refletida em índices de legibilidade superiores. Essas práticas reforçam seu alinhamento aos princípios de transparência e responsabilidade corporativa. Mesmo com valores um pouco menores de ativo total e patrimônio líquido, essas empresas demonstram maior capacidade de estruturar informações de forma compreensível e voltada aos *stakeholders*, evidenciando compromisso consistente com as dimensões ESG. A adoção de mecanismos de governança e de práticas de clareza informacional pode representar um diferencial competitivo, fortalecendo a imagem institucional e ampliando a confiança dos públicos de interesse.

Na Tabela 5, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis quantitativas de legibilidade, correlacionadas por setor, o que permite uma análise mais aprofundada sobre como cada setor lida com a transparência e a clareza na comunicação de suas informações.

Tabela 5 – Legibilidade por setor

Variáveis	MB	BI	CNC	UP	TI	CC	PGB	S	C
<i>Total Words (Word)</i>	43.217	27.231	42.076	42.666	30.045	29.002	25.128	29.561	33.682
<i>Total Words (Style)</i>	35.299	23.240	34.279	35.075	25.678	21.928	21.505	25.579	30.247
<i>Average Setence</i>	15,31	14,83	15,89	16,05	16,88	15,11	15,78	15,52	17,33
<i>Passive Index</i>	19,73	17,05	19,77	19,74	23,50	16,75	19,83	18,00	19,25
<i>Style Index</i>	79,55	78,85	75,00	83,21	81,75	72,35	79,00	77,54	73,75
<i>Bog Index</i>	81,09	81,55	86,69	88,32	83,00	78,20	86,17	83,15	94,25
<i>(Sentence bog)</i>	6,91	6,45	7,31	7,32	8,50	6,65	7,17	7,08	8,75
<i>(Word bog)</i>	85,55	86,30	90,38	91,53	84,50	82,80	89,67	87,08	95,75
<i>(Pep)</i>	11,36	11,20	11,00	10,53	10,00	11,25	10,67	11,00	10,25
<i>Reading Grade</i>	14,95	14,11	14,72	14,85	14,53	13,88	14,60	14,53	16,03
<i>Jargon</i>	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05
<i>Glue</i>	0,35	0,35	0,34	0,35	0,38	0,35	0,35	0,35	0,35

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados da análise indicam que o setor de Utilidade Pública é o que mais utiliza palavras próprias, evitando a cópia literal das fontes, como evidenciado pelo seu maior valor de

style index. Esse comportamento sugere uma preocupação maior com a originalidade e a clareza na elaboração dos relatórios. Em contraste, o setor de Comunicações apresenta o maior índice *Bog*, o que indica que seus relatórios são mais difíceis de ler e compreender, enquanto o setor de Consumo Cíclico tem o menor índice *Bog*, tornando seus relatórios mais fáceis de ler e entender.

A legibilidade dos relatórios de sustentabilidade do setor de Consumo Cíclico pode ser atribuída à pressão externa das mudanças nos hábitos e preferências dos consumidores, cada vez mais conscientes e exigentes em relação às questões ambientais e sociais (Negrini; Joaquim; Costa Filho, 2019). Este setor, portanto, busca se comunicar de forma clara e transparente com seus *stakeholders*, demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade e destacando seu papel na geração de valor para a sociedade.

De modo geral, os dados sugerem que a legibilidade dos relatórios de sustentabilidade varia significativamente entre os setores, sendo o setor de Consumo Cíclico o mais eficiente em termos de comunicação clara e compreensível, enquanto o setor de Comunicações se destaca pela complexidade textual. Esses achados reforçam a importância da transparência na comunicação empresarial, especialmente em contextos em que a clareza é essencial para fortalecer a relação com os *stakeholders* e atender às crescentes demandas por informações acessíveis e responsáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou os fatores explicativos da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3. A metodologia adotada mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa e permitiu alcançar resultados consistentes. Diante disso, os achados ressaltam a importância da legibilidade como ferramenta essencial para a comunicação corporativa, contribuindo para transmitir informações sobre sustentabilidade de forma clara e acessível a diversos públicos. Isso possibilita uma compreensão mais precisa das iniciativas e dos compromissos assumidos pelas empresas.

A pesquisa avaliou os diversos setores por segmento de governança, revelando que aproximadamente 53% das empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade estão nos setores de consumo cíclico, bens industriais e utilidade pública, setores mais sensíveis às variações econômicas e às preferências dos consumidores. Isso reflete uma tendência dos setores a responderem mais ativamente às demandas por práticas sustentáveis.

Os resultados revelam que os índices de legibilidade, como o *Bog Index*, apresentaram uma média de 83,63, indicando o uso de muitas palavras complexas nos relatórios, o que pode prejudicar a compreensão dos públicos. Observou-se que as empresas do Novo Mercado, em comparação com outras categorias de governança, tendem a produzir relatórios mais concisos, diretos, pessoais e legíveis, embora as diferenças não sejam substanciais.

A principal contribuição deste estudo consiste em destacar o papel da legibilidade como elemento central na efetividade da comunicação corporativa em relatórios de sustentabilidade. Ao evidenciar que uma linguagem mais acessível favorece a transparência e amplia a compreensão das informações pelos *stakeholders*, a pesquisa reforça a importância de práticas comunicacionais alinhadas à clareza e à responsabilidade informacional. Além disso, os resultados mostraram que diferentes setores e segmentos de governança adotam estratégias

distintas de divulgação, com as empresas do Novo Mercado apresentando relatórios mais legíveis, possivelmente em razão de práticas de governança mais consolidadas.

O estudo também oferece orientações práticas para gestores responsáveis pela elaboração de relatórios, ao demonstrar os benefícios de textos mais simples, diretos e compreensíveis. Relatórios mais claros fortalecem a tomada de decisão dos investidores, ampliam a credibilidade organizacional e contribuem para relações mais transparentes com os diversos públicos de interesse. Esses achados reforçam a necessidade de aprimorar continuamente a qualidade da comunicação socioambiental, respondendo às expectativas contemporâneas de responsabilidade e engajamento corporativo.

No entanto, o estudo também aponta algumas limitações. Embora os resultados indiquem um panorama geral, a amostra analisada foi limitada, o que pode comprometer a generalização dos achados. Observou-se que, apesar dos esforços para melhorar a legibilidade, muitas empresas ainda apresentam relatórios complexos, possivelmente na tentativa de parecerem mais sofisticadas ou atrativas para investidores, o que pode prejudicar a comunicação e impactar negativamente o desempenho financeiro e a reputação das empresas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a análise de uma amostra mais ampla e atualizada de dados disponibilizados pelas empresas listadas na B3, permitindo uma visão mais precisa sobre as práticas de legibilidade nos relatórios de sustentabilidade. Além disso, seria interessante investigar como a evolução da transparência nas divulgações pode contribuir para a mudança de comportamento das empresas e para o aprimoramento das práticas de governança corporativa. Futuras pesquisas também poderiam investigar de que maneira a legibilidade impacta diretamente a tomada de decisão de investidores e demais *stakeholders*, analisando a relação entre a clareza da comunicação e a confiança nas práticas empresariais.

Este estudo abre espaço para uma reflexão mais aprofundada sobre os desafios e avanços da comunicação corporativa no campo da sustentabilidade, evidenciando a relevância da legibilidade como componente estratégico na transparência organizacional. Os resultados apresentados podem servir de base para futuras investigações que busquem aperfeiçoar a clareza, a qualidade e a efetividade dos relatórios empresariais, contribuindo para práticas de divulgação mais consistentes e alinhadas às expectativas de *stakeholders* cada vez mais exigentes.

6 REFERÊNCIAS

ADHARIANI, D.; DU TOIT, E. Readability of sustainability reports: evidence from Indonesia. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 10, n. 4, p. 621-636, 2020.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. In: **O bom negócio da sustentabilidade**. 2002. p. 191-191.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da informação**, v. 38, p. 192-204, 2009.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARBOSA JUNIOR, R. F. O. **O efeito das boas práticas de sustentabilidade e governança no valor de mercado das empresas listadas na B3**. 2019. Dissertação (Mestrado em administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BONSALL, S. B.; LEONE, A. J.; MILLER, B. P.; RENNEKAMP, K. A plain English measure of financial reporting readability. **Journal of Accounting and Economics**, v. 63, n. 2, p. 329-357, 2017.

BORGES, G. F.; RECH, I. J. Determinantes da legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 9, n. 3, p. 31-51, 2019.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 828-842, 2013.

CAMACHO, E. U. **Compreensibilidade das contas públicas**: Uma análise a partir do entendimento dos usuários da informação. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escolade Comércio Álvares Penteado – FECAP, 2018.

CAZIER, R. A.; PFEIFFER, R. J. Why are 10-K filings so long? **Accounting Horizons**, v. 30, n. 1, p. 1-21, 2016.

CONTE, B. P.; CERETTA, P. S. Análise dinâmica de volatilidade para os setores do mercado acionário brasileiro: uma aplicação do modelo MRS-GARCH. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 21, n. 1, p. 101-120, 2022.

COSTA FILHO, F. C. **Gerenciamento de resultado**: o impacto do ciclo de vida organizacional e da adoção de IFRS. 2018. 81f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

COSTA, A. F. O.; PEREIRA, C. M. S.; REINA, D. Legibilidade Dos Relatórios De Auditoria: Um Estudo Comparativo Em Companhias Abertas No Brasil Após A Covid-19. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 13, n. 3, p. 111-129, 2022.

COSTA, A. F. O.; PEREIRA, C. M. S.; REINA, D. Legibilidade dos relatórios de auditoria: um estudo comparativo em companhias abertas no brasil após a covid-19. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace - RACEF**, v. 13, n. 3, 2022.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento conceitual básico (R1)**: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 22 nov 2023.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental - Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

DU TOIT, E. The readability of integrated reports. **Meditari Accountancy Research**, v. 25, n.4, p. 629-653, 2017.

DUBAY, W. H. **The Classic Readability Studies**. Impact Information, 2007. Disponível: em <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED506404.pdf>>. Acesso em 25 out. 2023.

ENDO, G. Y.; LAGO, S. M. S. Triple bottom line: análise das publicações nos periódicos nacionais webqualis de 2004 a 2015. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 3, n. 2, p. 40-56, 2016.

FLESCH, R. A new readability yardstick. **Journal of applied psychology**, v. 32, n. 3, p. 221,

1948.

FREEMAN, R. E. 1984. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Pitman, Boston, MA.

FREEMAN, R. E.; DMYTRIYEV, S. Corporate social responsibility and stakeholder theory: Learning from each other. **Symphonya. Emerging Issues in Management**, n. 1, p. 7-15, 2017.

FREUNDLIEB, M.; TEUTEBERG, F. Corporate social responsibility reporting-a transnational analysis of online corporate social responsibility reports by market-listed companies: contents and their evolution. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**, v. 7, n. 1, p. 1-26, 2013.

GOLDIM, J. R. Consentimento e Informação: A Importância da Qualidade do Texto Utilizado. **Revista Clinical & Biomedical Research**, v. 26, n. 3, 2006.

GOMES, A. R., MORETTI, S. A responsabilidade e o social. **Editora São Paulo: Saraiva**, 2007.

HENRIQUE, M. R.; CIRINO, J. S.; CIRINO, J. S.; SAPORITO, A. Análise do nível de adesão da Global Reporting Initiative (GRI): estudo do relatório de sustentabilidade das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da b3. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 12, n. 1, p. 83-102, 2023.

HOSSAIN, M.; HOSSAIN, M.; MITRA, S.; SALAMA, F. Narrative disclosures, firm life cycle, and audit fees. **International Journal of Auditing**, v. 23, n. 3, p. 403-423, 2019.

LACRUZ, A. J. Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência. **Cadernos Ebape. br**, v. 18, p. 473-485, 2020.

LIMA, S. F. Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites. **Cadernos da Escola de Negócios**, v. 1, n. 4, 2006.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. 1. ed. São Paulo, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, R. Desafios na definição e medição da legibilidade, sob o ponto de vista do Design da Informação. **InfoDesign: Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 5, n. 3, 2008.

MC LAUGHLIN, G. H. SMOG grading-a new readability formula. **Journal of Reading**, v. 12, n. 8, p. 639-646, 1969.

MOURA, G. D.; BARBOSA, S. A.; SCHIO, N. S.; MAZZIONI, S. Ativos intangíveis influenciam no desempenho financeiro e no valor de mercado de companhias abertas familiares? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, 2020.

NEGRIGI, M.; JOAQUIM, C. V.; COSTA FILHO, F. C. Demonstração de Valor Adicionado: análise das empresas das empresas de consumo cíclico em período de crise. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 19., 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2019. p. 1-16.

NILIPOUR, A.; SILVA, T.; LI, X. The readability of sustainability reporting in New Zealand over time. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 14, n. 3, p. 86-107, 2020.

OLIVEIRA, L. R. *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como

estratégia nas organizações. **Production**, v. 22, p. 70-82, 2012.

PENTEADO, I. A. M. **Gerenciamento de impressão em relatórios de sustentabilidade no Brasil: Uma análise do uso de gráficos**. 2013. Tese (Mestre em Ciências) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, A. A.; PINHEIRO, B. G.; PAIVA, L. E. B. Análise da adoção de práticas de governança em instituições financeiras brasileiras controladas pelo estado. **REFAS: Revista FATEC Zona Sul**, v. 10, n. 5, p. 5, 2024.

PORTO, J. S.; PAIVA, T. S. D. S.; AMARAL, C. L. F; REBOUÇAS, T. N. H.; SILVA, R. D. A. Legibilidade de Artigos de um Periódico Nacional na Área de Melhoramento Vegetal. **Revista Cultivando o Saber (FAG)**, v. 7, n. 2, p. 205–211, 2014.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90, 2017.

RIGON, L.; DEGENHART, L.; RIBEIRO, R. Características de país e corporativas melhoram a divulgação ambiental, social e de governança? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 22, n. 1, p. 1-20, 2023.

ROVER, S.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, 2008.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

SARAI, L.; KOKKE, M. Regulação do sistema financeiro nacional: reflexões sobre sustentabilidade e aplicação de práticas de esg. **Prefácio**, p. 178, 2021.

SCHARF, R.; MONZONI, M. **Manual de negócios sustentáveis: como aliar rentabilidade e meio ambiente**. FGV, Centro de Estudos em Sustentabilidade, 2004.

SCHROEDER, N.; GIBSON, C. Readability of management's discussion and analysis. **Accounting Horizons**, v. 4, n. 4, p. 78-87, 1990.

SCHWARTZ, M., CARROLL A. Frameworks: The search for a common core in the business and integrating and unifying competing and complementary society field *Business and Society*, v. 47, n. 2, **Sage Publications**, 2008, p.148-186.

SEARCY, C. Defining true sustainability. **MIT Sloan Management Review**, 2018.

SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. **The Bell system technical journal**, v. 27, n. 3, p. 379-423, 1948.

SMEUNINX, N.; CLERCK, B.; AERTS, W. Measuring the readability of sustainability reports: A corpus-based analysis through standard formulae and NLP. **International Journal of Business Communication**, v. 57, n. 1, p. 52-85, 2020.

SOUSA, C. B.; SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Valor de Mercado e Disclosure Voluntário: Estudo Empírico em Companhias Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, p. 94-115, 2014.

SOUZA, D. M.; SCHMIDT, D. Comparativo de desempenho econômico-financeiro e social entre cooperativas de crédito e bancos comerciais privados não cooperativos. **Revista**

Eletrônica de Ciências Contábeis, v. 9, n. 2, p. 79-100, 2020.

SOUZA, D. R. C. **Identificação das práticas sustentáveis em empresas alimentícias**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Alfenas, 2018.

TELLES, S. V.; SALOTTI, B. M. Intelligibility vs readability: Understandability measures of financial information. **Revista Universo Contábil**, v. 16, n. 2, p. 110-126, 2021.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática: teoria e prática**. Editora FGV, 2015.

VIANA JUNIOR, D. B. C.; COSTA FILHO, F. C.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. Disclosure de boas práticas de governança segundo recomendações da ONU: Um estudo nas companhias listadas no segmento novo mercado sob a perspectiva de porte empresarial. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 49, p. 102-116, 2017.

ZEITOUNE, B.; TRIGO, J. A.; TRIGO, A. G. M.; MARUYAMA, U. G. Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 150-168, 2019.